



Expresso

economia

29-12-2012

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

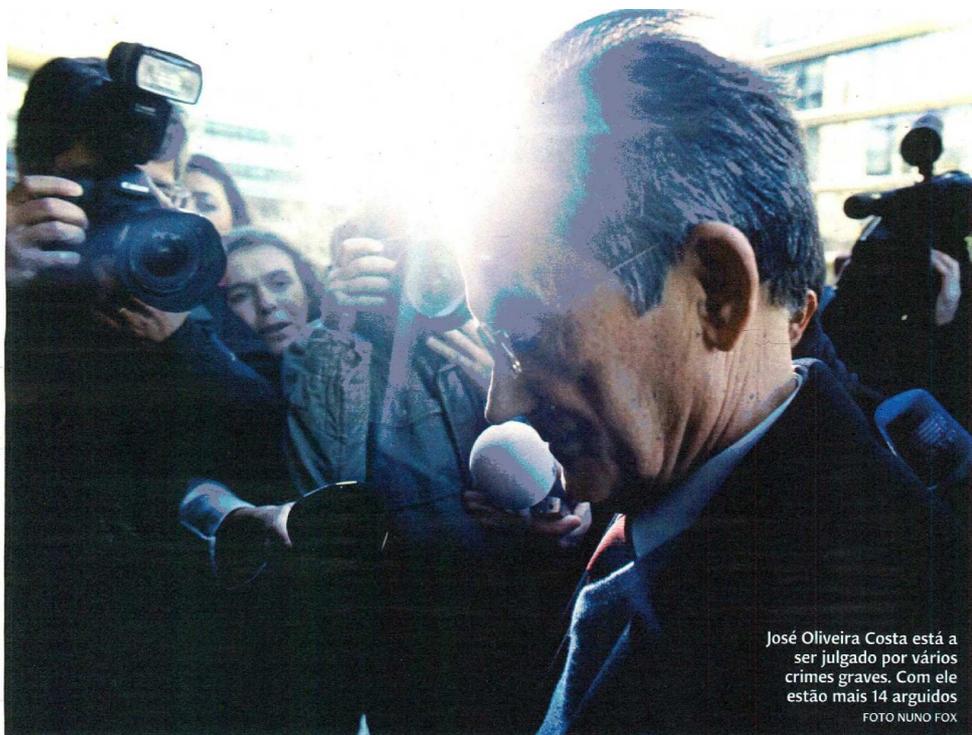
Tiragem: 131300

Temática: Justiça

Dimensão: 1077

Imagem: S/Cor

Página (s): 10



José Oliveira Costa está a ser julgado por vários crimes graves. Com ele estão mais 14 arguidos

FOTO NUNO FOX

OS PRINCIPAIS ACUSADOS NOS PROCESSOS BPN

José Oliveira Costa

O fundador do grupo BPN enfrenta vários processos. O primeiro decorre desde dezembro de 2010 e diz respeito à acusação por crimes de abuso de confiança por apropriação, para si e para terceiros, de fundos do grupo SLN (hoje Galilei), de burla qualificada, fraude fiscal qualificada, falsificação de documentos, infidelidade por violar normas de gestão, branqueamento de capitais e aquisição ilícita de ações. É ainda acusado pelo Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) de crime de falsificação de documentos. Em causa estão "cartas de retoma de créditos", ou seja, documentação enviada para Cabo Verde onde o BPN assumia que era responsável pelo financiamento ao Banco Insular. Neste processo são também acusados António Franco e Ricardo Pinheiro, ex-diretores de Operações, e o ex-presidente do Banco Insular, José Vaz Mascarenhas. Num outro processo, relacionado com contas de investimento (uma espécie de retorno absoluto do BPP), são também acusados Abdool Vakil, Coelho Marinho, António Franco e o filho de Oliveira Costa, José Augusto. O fundador do BPN é ainda acusado noutro processo do Banco de Portugal (BdP) por prestação de informação falsa e falsificação de contas do grupo BPN. Neste processo, as multas aplicadas aos 17 condenados ascendem a €9,9 milhões, sendo que Oliveira e Costa está condenado a pagar €950 mil. Também é acusado pelo BdP devido às polémicas contas de investimento que durante anos não foram refletidas no balanço do BPN e permitiram ocultar prejuízos, assim como por falsificação de contabilidade e não cumprimento de regras contabilísticas aplicadas à banca.

e do BPN SGPS. Também é acusado no processo das contas de investimento.

José Vaz Mascarenhas

Ex-presidente do Banco Insular, está neste momento em três processos. No julgamento-crime é acusado de abuso de confiança, burla qualificada e falsificação de documentos. Foi condenado pelo BdP a pagar €375 mil e também está acusado no mais recente processo, relativo ao financiamento do BPN ao Banco Insular.

Joaquim Nunes

Ex-administrador do Banco Insular e do Banco Efisa e SLN, está hoje no banco angolano BNI. Foi condenado a pagar uma multa de €260 mil no processo do BdP e não há conhecimento de que faça parte de mais nenhum processo.

Sociedade Lusa de Negócios (SLN, hoje Galilei)

Foi condenada pelo BdP ao pagamento de €4 milhões.

Armando Pinto, Jorge Rodrigues e Teófilo Carreira

Armando Pinto, ex-administrador do BPN que exercia a gestão dos veículos do Estado (Parvalorem) até ao verão, é um dos condenados pelo BdP ao pagamento de uma coima de €200 mil e está também acusado do crime de falsificação de contabilidade (pelo qual também Teófilo Carreira é acusado). Jorge Rodrigues, ex-diretor adjunto do BPN e ex-diretor de auditoria e inspeções deste banco, está condenado a pagar €350 mil. Era um dos gestores da Parvalorem e também saiu no verão.

António Franco e Isabel Cardoso

Ex-diretor de operações e administrador do BPN SGPS, é condenado a pagar €350 mil pelo BdP. No processo-crime é acusado sob a forma de cumplicidade dos crimes de burla qualificada e falsificação de documento. Também sob a forma de cumplicidade, Isabel Cardoso, ex-administradora da Planfin (sociedade que criava *offshores*) e diretora de serviços jurídicos e fiscais da SLN, está acusada dos crimes de abuso de confiança e burla qualificada e enquanto autora material de falsificação de documento. Pelo BdP está condenada a pagar €200 mil.

Leonel Mateus e Luís Reis Almeida

Ambos ex-administradores da Planfin, acusados de abuso de confiança, burla qualificada, falsificação de documentos e infidelidade.

Luís Caprichoso

É outro dos nomes presentes no julgamento-crime que decorre nos tribunais e no processo do BdP. Foi administrador da SLN (hoje Galilei) e do BPN, até setembro de 2007. No processo do BdP é condenado a pagar €900 mil. No processo-crime é acusado de crimes de abuso de confiança, burla qualificada, falsificação de documentos e infidelidade. Também é acusado no processo das contas de investimento pelos mesmos crimes que Oliveira Costa.

Francisco Sanches

É acusado dos mesmos crimes que Luís Caprichoso no julgamento em curso. Foi administrador do BPN e está condenado pelo BdP ao pagamento de uma coima de €800 mil, como ex-administrador da SLN

Processos do BPN continuam a passo de caracol

O julgamento-crime do BPN começou há dois anos, mas não se vislumbra o fim. Outros casos vão dando à costa

estão a prestar contas 15 arguidos. As matérias são complexas, nomeadamente a identidade e a forma como eram utilizadas as sociedades sediadas em paraísos fiscais (*offshores*) ou a triangulação entre o Banco Insular, de Cabo Verde, um balcão virtual e o BPN Cayman.

Em dois anos o juiz ouviu 12 testemunhas de acusação e estão arroladas mais cerca de 50. Já as testemunhas de defesa ascendem a 50. Eram mais mas algumas foram sendo dispensadas e outras são apresentadas por vários arguidos. "O processo está longe de ter um fim, dada a sua complexidade e dimensão", afirma o advogado de um dos 15 arguidos.

Os crimes em causa são burla qualificada, fraude fiscal e branqueamento de capitais, entre outros. O fundador do grupo, José Oliveira Costa, é suspeito destes e de outros crimes e é também um dos acusados no processo do BdP, cuja decisão demorou

Processos de investigação relativos a Manuel Dias Loureiro e Arlindo de Carvalho continuam em aberto

três anos a sair, relativo a prestação de informação falsa e falsificação de contas no caso do Banco Insular e empresas do grupo BPN. Também é acusado no processo relativo às contas de investimento não refletidas no balanço do BPN, tendo por isso ocultado prejuízos. Passou de detido no estabelecimento prisional para prisão domiciliária e está agora de pulseira eletrónica, sendo ainda pronunciado por outros crimes (ver destaques).

Nos processos que estão ainda a ser investigados inclui-se o que diz respeito a Manuel Dias Loureiro por crimes fiscais e irregularidades nos negócios de Porto Rico e Marrocos. O que alude a Arlindo de Carvalho, ex-ministro da Saúde do PSD, através do grupo Pousa Flores, e a José Neto (conotado com o PS), e também o que recai sobre Duarte Lima (ver páginas 8 e 9).

No que respeita aos processos relacionados com os auditores e revisores oficiais de contas (ROC) do BPN, as decisões não foram tornadas públicas. Em causa estiveram várias irregularidades. Quanto ao ROC J. Monteiro & Associados, a falta de idoneidade esteve na base do processo levantado pelo Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria. Não foi possível apu-

rar que responsabilidades foram imputadas ou se os processos foram arquivados.

A fatura a pagar pelos contribuintes só encolherá se o Estado conseguir vender os ativos que eram do BPN e que estão na sua posse; se conseguir recuperar os créditos aos grandes clientes que não estão a pagar; se conseguir recuperar aos que têm reestruturações de créditos a longo prazo; ou então através dos processos que estão nos tribunais. Se a Justiça conseguir levar a bom porto as acusações que impendem sobre quem cometeu os crimes e irregularidades que levaram o BPN a ser nacionalizado para não ir à falência, sem deixar prescrever os crimes, o montante das perdas será menor, porque as infrações são graves e punidas com coimas que podem ir até €5 milhões.

Ao julgamento-crime que está em curso, mas também a outros processos do grupo, estão associados pedidos de indemnização que visam ressarcir o Estado dos prejuízos. Trata-se de outra tentativa de recuperar o dinheiro que sumiu do banco nacionalizado em novembro de 2008.

ISABEL VICENTE

ivicente@expresso.imprensa.pt

BPN: um caso de polícia, um buraco descomunal para os contribuintes e uma Justiça que vai fazendo o que pode para acelerar os processos complexos que já chegaram aos tribunais. Mas há ainda muitos casos por esclarecer que estão em investigação há anos, emaranhados em dificuldades de produção de prova, que ou seguem em frente ou serão arquivados. São mais de 20.

O julgamento-crime começou há dois anos e os processos relacionados com as contraordenações aplicadas pelo Banco de Portugal (BdP) já estão em andamento. O primeiro, que envolve 17 dos 23 arguidos iniciais, vai avançar em fevereiro. A acusação foi conhecida em 2009 e só este ano saiu a condenação.

A Justiça não chega para as encomendas e os processos andam devagar. No julgamento do processo-crime, que decorre desde 15 de dezembro de 2010,

Expresso

economia

29-12-2012

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 131300

Temática: Justiça

Dimensão: 1077

Imagem: S/Cor

Página (s): 10

